

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.827.908 - MG (2019/0214129-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : **BMW DO BRASIL LTDA**  
**ADVOGADOS** : **CÂNDIDO DA SILVA DINAMARCO - SP102090**  
                  **MAURÍCIO GIANNICO - SP172514**  
                  **STEFANIA LUTTI HUMMEL - SP330355**  
                  **MARCELO GROBA VIEIRA - SP350992**  
**RECORRIDO** : **LUCAS CÂNCADO MARQUES**  
**ADVOGADOS** : **DANIEL SILVA QUEIROGA - MG112799**  
                  **CRISTIANO VOLPE GUIMARAES - MG137723**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do TJMG, o qual recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 759):

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS – ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – INDEFERIMENTO – RECOLHIMENTO DAS CUSTAS INICIAIS – AUSÊNCIA – CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO – COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO DO RÉU – ESTABILIZAÇÃO DA RELAÇÃO PROCESSUAL – CONDENAÇÃO DO AUTOR AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – CABIMENTO – RECURSO PROVIDO.

- Ainda que a relação processual tenha sido formada em decorrência do comparecimento espontâneo do réu, é devida a condenação da parte autora ao pagamento de honorários advocatícios no presente feito, cuja distribuição foi cancelada, por ausência de recolhimento das custas iniciais.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 778/784).

Nas razões recursais (e-STJ fls. 787/814), fundamentadas no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a recorrente alega ofensa ao art. 85, §§ 2º, 6º e 8º, do CPC/2015, sustentando, em síntese, a necessidade de observância do percentual mínimo de 10% (dez por cento) na fixação dos honorários advocatícios.

Aponta ainda afronta ao art. 1.026, § 2º, do CPC/2015, aduzindo que os aclaratórios opostos não seriam protelatórios.

O recorrido apresentou contrarrazões (e-STJ fls. 885/887).

É o relatório.

Decido.

Cuida-se, na origem, de ação de reparação de danos morais julgada extinta, sem resolução de mérito, por ausência de pagamento de custas e preparo. Atribui-se à causa o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Houve arbitramento da verba honorária em R\$ 1.000,00 (mil reais), conforme se verifica no seguinte excerto (e-STJ fls. 764/765):

Neste contexto, considerando que a atuação dos advogados da apelante foi mínima e sem maior complexidade, a verba honorária deve ser arbitrada com fulcro nos §§ 2º e 8º do art. 85 do CPC/2015, in verbis:

(...)

Assim, levando em consideração as diretrizes dos incisos do §2º do referido dispositivo legal, os honorários advocatícios devem ser fixados em R\$ 1.000,00, quantia que remunera condignamente os patronos da apelante.

Contudo, a Segunda Seção do STJ, em julgamento, firmou entendimento de que arbitrar honorários advocatícios por equidade somente é possível nas hipóteses estritamente previstas no § 8º do art. 85 do CPC/2015 e que a base de cálculo para a alíquota percentual da verba honorária deve observar a ordem prevista no § 2º do referido dispositivo. Confira-se a ementa do referido julgado:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido.

(REsp n. 1.746.072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/2/2019, DJe 29/3/2019.)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Em tais condições, com a extinção de processo, faz-se imprescindível que a verba honorária sucumbencial fixada em favor dos advogados da parte recorrente observe os limites mínimo e máximo estipulados em dispositivo legal vigente.

Com relação à multa imposta à recorrente, constata-se que a oposição dos embargos declaratórios, na Corte de origem, decorreu do legítimo exercício do direito de recorrer da parte, que se valeu do referido recurso para tentar combater decisão que lhe era desfavorável.

Além disso, os embargos de declaração foram opostos com o nítido caráter prequestionador, motivo pelo qual deve ser afastada a sanção prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015, nos termos da Súmula n. 98/STJ.

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para majorar os honorários advocatícios devidos pelo recorrido ao patrono da parte recorrente para o equivalente a 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa e para afastar a multa do art. 1.026, § 2º, do CPC/2015.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator